



Unidades Organizacionais

Diretoria Geral de Gestão do
Conhecimento – DGCON

Grau de Satisfação dos usuários com os
serviços prestados pela DGCON

Apresentação do Banco do Conhecimento e dos
serviços prestados pelo DECCO

DGCON implanta vinculação entre atos oficiais
do Poder Judiciário

Serviço de Difusão

Tabela de Suspensão de Prazos Oficiais

O Bibliotecário

Serviço de Coleta de Documentos

Magistratura em Prosa e Verso: Raimundo
Correia

Diretoria Geral de Desenvolvimento
Institucional – DGDIN

Unidades do Poder Judiciário recebem
certificado NBR ISO 9001:2000

Diretoria Geral de Logística - DGLOG

Reciclar é preciso

Diretoria Geral de Planejamento,
Coordenação e Finanças – DGPCF

Relatório de Acompanhamento de Custos

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas -
DGPES

Atendimento médico-assistencial

História e Direito



Auditores internos irradiadores do conceito da
qualidade do PJERJ



Des. Paulo Ventura
disserta sobre
credenciamento no
Conselho Estadual de
Educação, recente
conquista da EMERJ

Perfil



A jovem Dr. Maria Helena
Martins partilha aspectos de
sua experiência pessoal e
profissional

História das Comarcas

Tradição e modernidade
convivem em Campos, maior
pólo petrolífero brasileiro, e
um dos principais palcos da
história de nosso estado

Carpe Carne Levandas no
Diem Carrus Navalis
Das origens do carnaval

COLUNA PERFIL: DR^a. MARIA HELENA PINTO MACHADO MARTINS

O entusiasmo e dinamismo com que a juíza Maria Helena Martins realiza seu trabalho contagia todos a sua volta.

Nessa entrevista, a Dra. Maria Helena revela um espírito de responsabilidade e dedicação ao longo dos quase 15 anos dedicados à Magistratura, que é, segundo suas palavras, "acima de tudo, um sacerdócio".

Em que data a senhora ingressou na Magistratura?

Em outubro de 1993. Antes de ser juíza, tive uma breve experiência no Ministério Público, também no ano de 1993, como Promotora de Justiça. Foi uma experiência rápida, porém válida para que eu pudesse desenvolver um outro olhar, que mais tarde pude conjugar à percepção da Magistratura.

No trabalho do magistrado, tanto a óptica do Ministério Público quanto o olhar da Defensoria, assim como a visão do advogado, devem estar em harmonia.

Costumo falar que o advogado não é um inimigo, pelo contrário, pois o desempenho da atividade jurisdicional depende da sua atuação.

Como foi sua trajetória no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro?

Iniciei minha carreira na Magistratura como juíza do interior, na Comarca de Itaperuna. Depois, fui lotada, sucessivamente, nas Comarcas de Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Resende, Mendes e São Gonçalo. Como Juíza Regional da Capital, trabalhei no Fórum Regional de Campo Grande e em diversas serventias do Foro Central. Desde 1999, sou Titular da 42^a Vara Cível da Comarca da Capital e, atualmente, sou Juíza Auxiliar da Corregedoria. Além de estar na Corregedoria, também integro o Conselho de Juízes responsáveis pelo Curso de Iniciação da EMERJ, destinado aos recém-aprovados no concurso para a Magistratura.

Em que consiste o Curso de Iniciação da EMERJ?

Os magistrados fazem o Curso de Iniciação da EMERJ, ao longo de quatro meses, em que são realizadas palestras diversas. É um curso específico, mas aberto também a outros magistrados. É uma experiência importante para os recém-aprovados, pois, muitas vezes, eles têm um domínio completo da doutrina, de todas as teorias, mas precisam conjugá-las com a prática.



O curso ministra palestras, no período da manhã, abordando aspectos práticos, trazendo sempre temas relevantes e questões que os magistrados irão enfrentar, além de novas posições doutrinárias. No período da tarde, os juízes fazem estágio em Varas de competência Cível, Criminal, de Família, e Juizados Especiais.

Qual a importância do apoio familiar na carreira trilhada pela senhora?

É essencial. Conto com o apoio familiar desde a época dos meus estudos. Não digo que seria impossível, mas decerto, sem o apoio da minha família, teria sido muito mais difícil. É em família que reabasteço minhas energias.

No exercício profissional que envolve as responsabilidades do Poder Judiciário, quais as dificuldades que a senhora enfrenta, ao desempenhar ainda os papéis de esposa e mãe?

Acredito que qualquer função pública deva ser exercida com máxima responsabilidade. Entretanto, o Judiciário impõe responsabilidades maiores, pois esse Poder é uma espécie de pára-raios de todo o movimento que há na sociedade. O papel do Judiciário está especialmente relacionado ao atendimento das necessidades do jurisdicionado. Julgar não é só uma atividade, ou uma função pública, há um ônus que a torna um verdadeiro sacerdócio. É preciso desempenhar bem os seus deveres e, de forma célere, procurar satisfazer os anseios da população.

Confesso que, às vezes, torna-se difícil conciliar a agitação profissional com as demandas familiares. Não quero dizer, com isso, que essa seja uma dificuldade exclusiva de quem exerce a Magistratura. Em nossa sociedade, é cada vez maior o número de mulheres que passam por isso. Na atividade judicante, o que sobrecarrega mais é a frequência com que levamos trabalho para casa. O ideal é organizar as tarefas de forma equilibrada, cada coisa a seu tempo. O equilíbrio é fundamental, principalmente no ambiente familiar.

A compreensão também é muito importante. No meu caso, sou casada com um magistrado, que entende minhas dificuldades, e eu, as dele.

Como a senhora descreveria o momento em que se depara com uma injustiça, e tem a oportunidade de, ao julgar, corrigir um erro?

Muito além de proferir decisões, é imprescindível tomar atitudes que sejam equilibradas, dentro da legalidade e, acima de tudo, justas.

Obviamente, somos seres humanos, portanto, passíveis de erros. Perseguimos a perfeição. A tentativa é sempre a de agir com a máxima justiça possível e de cometer o mínimo de erros.

Ser juíza implica em um modo de viver diferenciado?

Não creio que seja um modelo de vida diferente. Acredito, sim, que existam atividades e ações incompatíveis com a Magistratura. Atividades que de forma alguma podem ser conciliadas com o ofício.

Um magistrado precisa ser o mais imparcial possível, em consonância com a sociedade e com todos os deveres que lhe são imputados. O juiz deve agir de forma ética e segura.

A Magistratura é, acima de tudo, um sacerdócio.

No decorrer de sua experiência como juíza, houve algum acontecimento especial que poderia relatar?

Há momentos em que a emoção surge, mas não pode ser demonstrada, para que não se perca a imparcialidade. Momentos em que se é feliz por fazer justiça, por julgar um processo complicado, por saber que a decisão foi justa. A sentença tem o condão de reparar um dano ao condenar, por exemplo, um réu a indenizar uma vítima que ficou paraplégica devido a um acidente. É um momento em que é possível conferir justiça. Isso é muito gratificante.

Aqui, na Corregedoria, são desenvolvidas atividades com um alto grau de repercussão. É empolgante, por exemplo, lidar com questões como a possibilidade da criação de um cadastro nacional de adoção, a ser unificado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se do desempenho de uma atividade que vai gerar benefícios àquelas crianças que precisam muito de um lar, bem como aos que desejam realizar a adoção, mas encontram dificuldades imensas.

Que testemunho a senhora pode dar aos juízes que estão iniciando a carreira?

É muito importante julgar, mas é de suma importância julgar de forma célere, porque uma decisão tardia, proferida muito além do período em que se espera, na verdade, pode acarretar uma injustiça. Lembrar sempre que a atividade judicante é de suma importância para toda a sociedade.

É necessário corresponder às expectativas sociais, pois quem paga os nossos vencimentos é, em última instância, a população. Ninguém bate às portas da Justiça porque está feliz, quase sempre existe um litígio. É imprescindível dar uma resposta rápida à sociedade, uma resposta legal e, sobretudo, justa.

Para finalizar, como a senhora ocupa suas horas de lazer?

Eu adoro estar com a minha família, com meus filhos e acompanhar o crescimento deles. Adoro sair com meus amigos para conversar. Também gosto de cinema, teatro, restaurante, ir à praia, se bem que, até arrumar meus três filhos, acabo desistindo e ficamos na piscina mesmo (risos). Além disso, gosto muito de dançar e viajar. Não permaneço em um casulo, eu vivo. Com responsabilidade, claro.

Trabalho com prazer. É evidente que também experimento momentos de cansaço, como toda pessoa que trabalha muito. Mas, fundamentalmente, gosto do que faço, vibro e sinto prazer. Procuro motivar minha equipe, elogiando o trabalho deles e os contagiando com o meu entusiasmo.

AUDITORES INTERNOS

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ - está se esforçando em resolver os conflitos de interesse em tempo adequado à sua natureza e, para tanto, conta com o comprometimento não apenas da área jurisdicional como também da administrativa.

A melhor maneira encontrada para demonstrar respeito ao cidadão e contribuir para o exercício democrático da cidadania foi investir na prestação de serviços de qualidade.

Para que o PJERJ obtenha o reconhecimento da sociedade e, conseqüentemente, a sua confiança, é imperioso que os conceitos de gestão da qualidade sejam irradiados por toda a instituição. Os auditores internos são parte importante na consecução desse nobre objetivo.

A sociedade civil, cada vez mais consciente de seus direitos, exige a melhoria da prestação dos serviços públicos. Em contrapartida, o PJERJ está empenhado em servir com qualidade. Qual é a importância dos auditores neste contexto?

Servir com qualidade, representa a busca constante em atender as necessidades e expectativas daquele que faz uso dos serviços do PJERJ: o nosso usuário.

Como essas necessidades e expectativas, que nem sempre são declaradas, se modificam ao longo do tempo, se torna importante o aprimoramento contínuo do sistema de gestão da qualidade.

São vários os mecanismos que contribuem para melhoria contínua, tais como: análise de dados, ações corretivas e preventivas, monitoramento da satisfação do usuário, análise crítica pela Direção, dentre outros. As auditorias também pertencem a esse grupo de ferramentas da gestão da qualidade.

Cabe aos auditores, dentro do processo de auditoria, o papel de avaliar a conformidade, o grau de implementação e identificar melhorias no sistema auditado.

É importante ressaltar que o auditor não faz isso sozinho, pois o processo de auditoria é essencialmente participativo. Nele, o auditor, em conjunto com o auditado, tem a oportunidade de avaliar o sistema de forma objetiva e com foco no usuário.

O PJERJ procura cada vez mais implementar novas práticas de gestão com a finalidade de garantir a eficácia e rapidez da prestação jurisdicional.

O papel desempenhado pelo auditor faz parte dessas inovações, contribuindo para melhoria contínua dos sistemas de gestão da qualidade e conseqüentemente para o aumento da satisfação dos usuários do PJERJ.



Sergio Ricardo Von Sydow
Auditor interno



Eliane Beyer
Auditora interna

Como é o relacionamento dos auditores com as unidades auditadas?

O relacionamento é muito bom, os auditados têm conhecimento da finalidade da auditoria interna, que é auxiliar a unidade que participa do Sistema de Gestão da Qualidade, verificar se a mesma encontra-se em conformidade com a NBR ISO 9001-2000 avaliando a eficácia do sistema bem como as oportunidades de melhoria.

Qual é a capacitação necessária para se tornar um auditor?

Educação completa e suficiente (em nível médio) e experiência profissional;

Conhecimento, habilidade e domínio nas NBR ISO 9000:2005, NBR ISO 9001:2000 e, principalmente, na NBR ISO 19011:2002;

Aquisição de prática (experiência) no acompanhamento e na realização de auditorias;

Além disso, é desejável ter concluído o Curso de Auditor Líder.



Paula Fernanda Mello Lage
Auditora interna



Lourdes Maria Ramos Garcia da Silva
Auditora interna

Que atributos pessoais o auditor deve desenvolver?

A auditoria, principalmente a interna, tem o objetivo de agregar valor ao processo de trabalho, logo, um auditor bem capacitado é o principal diferenciador para determinar se a auditoria atingirá seu objetivo ou não.

Atributos como apresentação adequada, objetividade, boa comunicação oral e escrita, flexibilidade, diplomacia, paciência, capacidade de lidar com pessoas e empatia são essenciais para que o auditor desenvolva um espírito de confiança e parceria durante a auditoria. Ele deve ser polido, amável, saber ouvir com

atenção e administrar o tempo. E, não podemos esquecer, ser um bom observador e conhecer muito bem a norma.

Enfim, um bom auditor deve saber minimizar a ansiedade do auditado, mostrando que sua função é ajudar a organização na busca da melhoria contínua.

O auditor acumula as atribuições de seu cargo remunerado com o estudo e o trabalho exigido pelas auditorias, que é voluntário. O que lhe levou a aceitar esse desafio?

Desde 2004, como integrante da equipe DGPEs, atuo com as equipes de unidades em processo de implementação do sistema de gestão da qualidade no PJERJ. Nós auxiliamos o atendimento do requisito 6.2.2 da NBR ISO 9001:2000, que dita sobre conscientização, competência e treinamento.

Em 2005, durante essa atuação, entendi que meu trabalho seria melhor desempenhado se eu adquirisse uma visão sistêmica do processo, com um conhecimento mais efetivo sobre a NBR ISO 9001:2000. Por esse motivo resolvi participar dos cursos de formação de auditores internos e auditores líderes e acabei me envolvendo muito com o projeto, uma vez que compreendi os benefícios que ele poderia gerar para os usuários dos serviços ofertados por nossa Instituição.

Hoje, como servidora há mais de dez anos, sinto que quando realizo auditorias ajudo a desmistificar o sistema de gestão implementado. As pessoas percebem que não é um bicho de sete cabeças, é apenas um modelo de gestão, uma forma de gerir.

Assim, não vejo mais a minha função de auditora interna como um acúmulo de atribuições, mas como parte do meu trabalho e da contribuição que devo ao PJERJ.



Ana Paula Sardinha Borges
Auditora interna

Que conhecimentos a senhora adquiriu ao se tornar auditora e como acredita ser possível disseminá-los?

A função de auditora no Tribunal de Justiça proporciona uma visão sistêmica do Poder Judiciário, viabilizando um bom conhecimento setorial. A contínua ampliação do quadro de auditores internos irá disseminar os benefícios obtidos com os conhecimentos adquiridos, possibilitando assim a obtenção de servidores comprometidos e eficientes.



Andrea Moreira da Costa
Auditora interna

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS PARA O PJERJ EM TER SERVIDORES ATUANDO COMO AUDITORES INTERNOS?

“Com relação à pergunta formulada, respondo que é bastante claro o benefício decorrente da atuação dos auditores internos. Basta dizer que os auditores aferem a qualidade dos serviços judiciais, constituindo, assim, uma ferramenta importante para auxiliar a unidade auditada - com a vantagem de conhecerem a máquina judiciária, afinal são servidores do PJERJ, e com a imparcialidade própria de um elemento a ela estranho e distanciado - a perceber a adequação ou não das suas práticas de gestão.

Outro ponto ligado à prática dos servidores internos que considero de relevante interesse é o fato de que, auditando diferentes unidades organizacionais, conhecem os problemas a estas comuns, que acabam levados para tratamento em reuniões do SIGA. Em tais reuniões, das quais participam todos os interessados, chega-se, a uma solução coletiva, pensada pelos participantes, que será aplicada uniformemente a todas as unidades atingidas por tais problemas. É dizer, os auditores internos acabam por contribuir, ainda que indiretamente, para uma maior uniformidade nas práticas de gestão, sendo interesse da organização evitar voluntarismo, soluções díspares e isoladas, contribuindo, assim, para a formação de uma espécie de protocolo mínimo, que é essencial para o desenvolvimento de toda e qualquer instituição, seja pública ou privada.”

Dr. Maurício Chaves de Souza Lima
Juiz Titular da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital

“Os benefícios do PJERJ em ter auditores internos atuando está principalmente no fato de que um profissional dentro do Tribunal conhece melhor a sua organização que um profissional externo, sua auditoria vai verificar os pontos onde a organização está mais frágil sendo ,portanto, mais minuciosa. Com relação ao servidor, este passa a conhecer melhor outras áreas e pessoas da organização,tornando-se um profissional mais completo.”

Lucimar Vasconcelos

Escrivã da 1ª Vara Cível de Campo Grande

“A atuação de servidores como auditores internos se mostra de suma importância, eis que são profissionais que conhecem as rotinas cartorárias, bem como a estrutura de funcionamento do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por este motivo, as auditorias podem ser mais pormenorizadas, e ao mesmo tempo serão analisadas as rotinas que são mais significativas no processo de certificação e da prestação jurisdicional.”

Teresinha de Jesús de Souza Nogueira

Escrivã do IX Juizado Especial Criminal da Barra da Tijuca

[Retorna à página inicial](#)

JOVENS MENSAGEIROS RECEBEM TREINAMENTO



Jovens mensageiros em treinamento

Em fevereiro, o TJERJ recebeu 10 novos jovens mensageiros, que foram treinados para serem encaminhados às Regionais da Barra da Tijuca, Ilha do Governador, Leopoldina, Madureira e Méier, onde irão realizar suas atividades.

A contratação desses jovens faz parte do cronograma de implantação do Projeto Jovens Mensageiros, convênio estabelecido entre o TJERJ e a instituição beneficente Lar Fabiano de Cristo, que presta assistência a famílias carentes.

EMERJ CREDENCIADA PELO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro EMERJ, como parte integrante do Poder Judiciário, é um centro de referência de ensino e cultura que realiza seminários, congressos, conferências, palestras, debates entre outras atividades voltadas à preparação dos profissionais do Direito que almejam ingressar na magistratura de carreira e ao aperfeiçoamento dos magistrados do PJERJ.

Em 4 de março do corrente ano, a EMERJ conquistou mais uma vitória, o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação. Nesta entrevista, o **Des. Paulo Ventura**, Diretor-Geral da EMERJ, conta como se deu esta conquista, bem como outras novidades que estão ocorrendo em sua gestão.

A partir de que momento a EMERJ buscou o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação CEE?

Desde sua criação. Mas, em 2005, quando assumi como Diretor, lutamos por este reconhecimento. Finalmente, hoje, 04.03.2008, o Conselho decidiu: 17 votos a favor, 3 contra e uma abstinência. Cumpre destacar que essa luta não é do Diretor, mas da equipe. Instituí na minha gestão o Encontro dos Funcionários com o Diretor-Geral, a fim de estabelecer um canal de comunicação com todos os funcionários. Neste encontro se ouvem reclamações, sugestões e elogios. Aqui não há cobrança, mas sim troca. O gestor tem que ser generoso, não pode oprimir o outro. Educação não se improvisa, ou você tem ou não tem. Tudo na vida é uma troca de afeto. No final do ano termina o meu mandato na EMERJ e eu já estou sentindo saudade, porque este é um dos cargos mais gratificantes que desempenhei na minha carreira.

Qual a importância da EMERJ ter sido credenciada pelo Conselho Estadual de Educação CEE?

A EMERJ, ao ser credenciada pelo Conselho Estadual de Educação, passa a integrar o sistema de ensino do Estado, sendo seu curso de preparação à carreira da Magistratura considerado em nível de pós-graduação *Lato Sensu*, reconhecido com validade nacional.

Anteriormente, a EMERJ tinha que fazer um convênio com uma faculdade particular, em que

o aluno obtinha um certificado em nome da instituição conveniada e não da EMERJ. Isto não era o desejo do aluno e nem da EMERJ.

A EMERJ é reconhecida como modelo de ensino e precursora de projetos inovadores no campo do magistério jurídico e da formação de magistrados. V. Exa. poderia exemplificar de que maneira efetivamente é aplicada a tecnologia no desenvolvimento das atividades-fim da EMERJ?

Foram instaladas catracas, que permitem o controle de frequência dos alunos por meio de leitura digital. Também é possível verificar a qualidade das aulas que são ministradas na Escola, porque foram instaladas câmaras em todas as salas, de modo a possibilitar o monitoramento a qualquer momento; já a instalação de circuito interno permite a gravação de todas as aulas.

V. Exa. gostaria de registrar outras inovações ocorridas na EMERJ durante a sua gestão?

Ocorreram inovações significantes, tais como:

- inclusão de matérias na Grade: Direito Previdenciário, Ambiental, Criança e do Adolescente, Eleitoral, Autoral, Didática e Metodologia do Ensino Superior;
- recrutamento de ex-alunos e alunos que estão terminando a EMERJ. Neste projeto, os monitores são preparados para atuar como apoio aos alunos da EMERJ, para discussão de dúvidas e debates jurídicos;
- criação de módulos de reciclagem para ex-alunos, inclusive já ocorreu este ano o Módulo de Processo Penal e temos projetos para os Módulos de Direito Tributário, Empresarial, Eleitoral e Família;
- inclusão de mais um semestre letivo, o CP VI, para adequação do curso do ponto de vista acadêmico e profissional;
- reestruturação acadêmica voltada ao apoio e suporte nas salas de aula, com a disponibilização do assistente de turma que, de forma individualizada, proporciona interface dinâmica entre professor-aluno, sendo relevante instrumento facilitador da comunicação discente com a administração;
- recebimento do certificado ISO 9001:2000, pela segunda vez, em dezembro de 2007, o que significa o reconhecimento de que a Escola atingiu o Padrão Internacional de Sistema de Qualidade e de que o cliente pode ter a certeza de que existe um Sistema de Controle para cada etapa dos serviços prestados;
- instituição em 2006 da bandeira e do hino da EMERJ, símbolos que representam sua missão de preparar profissionais de Direito para a carreira da Magistratura e aperfeiçoar Magistrados;

- criação de seis núcleos de representação da EMERJ e reestruturação dos demais, bem como do Colégio Permanente dos Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura - COPEDEM.

O que V. Exa. gostaria de implementar ainda em sua gestão?

O próximo passo é a videoconferência, que permitirá ao Juiz do interior assistir a uma palestra sem necessidade de se deslocar de sua Comarca.

Por que se deu a criação do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura e qual a sua importância?

A criação do COPEDEM ocorreu a fim de uniformizar as atividades didáticas e acadêmicas no estudo do Direito e promover o crescimento intelectual do Magistrado.

Sua importância reside na integração das escolas estaduais da Magistratura e no aumento do intercâmbio entre elas, buscando a troca permanente de experiências e o auxílio mútuo. Este ano, por exemplo, recebemos uma aluna da Escola da Magistratura da Bahia.

O intercâmbio entre as escolas de magistratura é fundamental, porque aqui se forma a consciência do magistrado. É importante destacar que não há política, mas, sim, cooperação entre as Escolas.

O que muda no Concurso da Magistratura com a Resolução n. 01 de 17 de setembro de 2007 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistratura- ENFAM do STJ?

O próximo concurso abrangerá o provão, a prova específica, a prova oral e mais quatro meses de curso de Formação na EMERJ. Durante o curso, os candidatos serão capacitados e avaliados em diversos aspectos, entre os quais seu perfil ético e moral. Ao final, recomendaremos ou não o ingresso do candidato à carreira da Magistratura.

[Retorna à página inicial](#)

História das Comarcas

CAMPOS DOS GOYTACAZES



Fórum Nilo Peçanha

Grande produtora de petróleo do Brasil, a cidade de Campos tem ainda a maior indústria cerâmica e 6 das 7 usinas de açúcar e álcool de todo estado. Em 1883, foi o primeiro município brasileiro a ter iluminação pública, com energia proveniente de uma máquina a vapor.

A história da comarca de Campos dos Goytacazes é muito rica e bastante antiga. Diversos fatos históricos relevantes se deram na cidade. De lá partiram os primeiros voluntários para a Guerra do Paraguai, em 28 de janeiro de 1865. Também em Campos, foi fundada, em 17 de julho de 1881, a Sociedade Campista Emancipadora, evento que se constituiu como uma das mais importantes ações do movimento abolicionista. Ainda como Vila de São Salvador de Campos, referida na legislação judiciária em um decreto datado de 26 de novembro de 1814, Campos foi uma das treze primeiras comarcas a integrar a jurisdição da Relação do Rio de Janeiro, o primeiro tribunal e marco inicial da justiça na província, criado em 1751.

Ademais, a região de Campos possui uma existência ainda mais remota e teve um papel relevante na história do Brasil, pois foi uma das primeiras capitanias hereditárias. Pero de Góis da Silveira, primeiro colonizador da região, recebeu a capitania em 1536, na qual fundou uma povoação em 1539, Vila da Rainha, destruída pelos índios goytacazes, em vingança contra corsários pelo seqüestro de um de seus caciques. No começo do século XVII, o filho de Pero de Góis, Gil de Góis da Silveira reclama o direito e retoma a posse da terra, fundando a Vila de Santa Catarina das Mós, também destruída por uma revolta indígena.

Em 1627, por determinação do reino, o governador Martim de Sá faz a concessão, como sesmarias, das terras das capitanias abandonadas. Delimitadas entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé, o território da Vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes é solicitado por sete servidores da Coroa, os "Sete Capitães": Miguel Arias Maldonado, Gonçalo Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manoel Correia e Miguel Riscado. Porém, o clã dos Correia de Sá estava interessado nessas terras, e, em 1674, Salvador Correia de Sá e Benevides obtém para seus filhos, Martim Correia de Sá e João Correia de Sá, a doação da capitania.

No século XVIII, a capitania foi incorporada à Coroa e seu prestígio cresce no contexto da história do Rio de Janeiro. No século XIX, Campos já contava com uma cadeia, uma câmara municipal e um tribunal do júri.

A partir de 1832, Campos passa a figurar expressamente como integrante da organização judiciária da província do Rio de Janeiro. Em 1833, um decreto divide a província em seis comarcas, e assim Campos recebe a denominação de comarca, mas só será elevada à condição de cidade um pouco mais tarde, pela Lei de 28 de março de 1835. Ainda em 1835, a Lei nº 14 determina que Campos deverá ter, além do Juiz de Direito do Crime, um Juiz de Direito para as causas cíveis.

Com o Decreto nº 720, em 1854, a comarca de Campos passa a compreender Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Fidélis. Em 1935, em comemoração ao centenário da cidade, é inaugurado o Fórum Nilo Peçanha, atual sede da Câmara de Vereadores e um dos principais monumentos arquitetônicos do município, tombado pelo Patrimônio Histórico em 1988. Em 1992, a Lei nº 2.042 determina que a comarca de Campos deve denominar-se Comarca de Campos dos Goytacazes.

Fontes:

[Http://intranet.tj.rj.gov.br/dga/relat_campos.pdf](http://intranet.tj.rj.gov.br/dga/relat_campos.pdf)

www.turisrio.rj.gov.br

MEMÓRIAS CAMPISTAS

DES. ELMO ARUEIRA

Falar da terra natal é sempre motivo de alegria. E para quem nasce em Campos, uma região cheia de tradições, é uma satisfação muito honrosa.

Nasci e vivi em Campos até a conclusão do meu curso no Liceu de Humanidades de Campos que é um tradicional estabelecimento de ensino, naquela época equiparado ao Colégio Pedro II. O Liceu, que existe até hoje, proporcionou uma notável contribuição ao desenvolvimento da cultura campista, levando para a cidade um grande número de professores muito cultos, responsáveis pela formação intelectual de várias gerações.

Lembro do meu primeiro contato com a justiça, que se fez porque erguido, em frente à praça do Liceu, está aquele magnífico edifício, que é o Fórum Nilo Peçanha, em estilo greco-romano. A minha curiosidade, e de alguns de meus colegas todos nós, jovens estudantes, era a de saber como se realizavam as sessões do júri. O júri era o órgão do judiciário que mais interessava ao povo, pois os julgamentos, em geral, apresentavam forte apelo emocional. No entanto, éramos menores de idade e

o fardamento do Liceu nos identificava e impedia o acesso. A curiosidade era imensa e procurávamos burlar a vigilância para ouvir alguma coisa e, às vezes, extasiados, ouvíamos a oratória dos advogados na tribuna do Júri.

Recordo que, na época do Liceu, fui eleito presidente da Federação dos Estudantes de Campos pelo voto direto dos alunos de dez estabelecimentos de ensino de 2º grau. Particpei de manifestações em que os estudantes combatiam, no após guerra, empolgados, o alto custo de vida, e isso chegou a assustar alguns comerciantes que, em razão disso, solicitaram ao Comandante do Regimento de Infantaria alguma providência. O Comandante determinou que, no dia marcado para os estudantes saírem às ruas, o delegado de polícia recolhesse todos aqueles que estivessem perambulando ou a caminho do Liceu, e muitos desconheciam a existência do movimento de protesto.

Como líder estudantil, promovi contatos com prefeito, e jornalistas, enviei telegramas às autoridades superiores, como o Ministro da Guerra, protestando contra a intervenção militar que chegou ao extremo de botar metralhadoras na rua como se houvesse realmente um perigo iminente de uma revolta popular, que nunca existiu.

Em razão desse episódio fui chamado a prestar esclarecimentos perante o juiz de menores, e esse foi meu segundo contato com a justiça. Como tinha menos de 18 anos, fui acompanhado de meu pai à presença do Juiz Saulo Itabaiana de Oliveira, que apenas ouviu minhas explicações e não tomou nenhuma providência, porque percebeu que não havia nenhum ânimo entre os estudantes, de provocar dano ou molestar pessoas.

A cidade de Campos, há muito, se destaca como um centro cultural. No meu tempo, existiam cinco jornais diários e uma rádio difusora. Isso reflete o interesse do campista pela notícia, pela leitura e também o valor dos jornalistas, que enfrentavam muitas dificuldades para manter seus jornais em uma cidade de interior.

No passado, o desenvolvimento econômico da região era representado pela lavoura canavieira e a indústria açucareira. Graças ao plantio da cana-de-açúcar, houve um crescimento da pequena propriedade. Havia um conflito de interesses entre quem fornecia e quem comprava a cana, em torno do preço. Esse conflito levou até a criação de um sindicato de plantadores de cana-de-açúcar, coisa incomum em outras regiões, em que predominava o latifúndio. Lembro que a região chegou a ter 15 usinas de açúcar e uma destilaria central do álcool.

Campos sempre atraiu pessoas dos municípios vizinhos, ora para estudar, ora devido ao comércio intenso. Outrora, era um grande centro que fazia a ligação ferroviária com o Rio e Vitória, passagem obrigatória para quem fosse para o norte do Estado ou para o Espírito Santo.

Devido ao progresso, o padrão de vida em Campos era diferente do das outras regiões menos desenvolvidas. A cidade se configurava em ponto de referência no norte do Estado e historicamente foi a região que mais se destacou.

O passado e a tradição influíram na formação do povo campista, que se confessa bairrista porque valoriza muito sua terra, sua origem e toda a história do progresso da cidade que, atualmente, graças ao petróleo, se encontra em franco desenvolvimento.

Magistrados nascidos em Campos

A Terra Goitacá foi berço de muitos magistrados fluminenses, que compuseram Tribunais dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, lembrando o Des. Elmo Arueira (80 anos), um deles, os nomes dos Desembargadores Décio Ferreira Cretton (Corregedor em 1983-1984, hoje 92 anos), Francisco Rangel de Abreu (Presidente em 1982), Dilson Gomes Navarro Dias (78 anos), Paulo Joaquim da Silva Pinto, Hélivio Perorázio Tavares, Roberto Maron e os Juízes dos Tribunais de Alçada, Carlos Gualda, David Mussa, Sebastião Amaro da Silva Machado e Ferdinando de Vasconcellos Peixoto. Considerados campistas, pela longa vivência na Comarca, devem ser incluídos na lista, os Desembargadores Amaro Martins de Almeida e Jacinto Lopes Martins. Na composição atual do Tribunal de Justiça do ERJ, podem ser apontados os campistas José Mota Filho e Adilson Vieira Macabu.

O Des. Elmo Arueira recorda-se, ainda, de José de Castro Nunes, também nascido em Campos, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, de 1940 a 1949.

Clique no nome das cidades, abaixo, e acesse as edições anteriores da revista, em que foram publicadas a *História das Comarcas* de:

Petrópolis

Bom Jesus do Itabapoana

Vassouras

[Retorna à página inicial](#)

Carpe Diem

CARNE LEVANDAS NO CARRUS NAVALIS DAS ORIGENS DO CARNAVAL

"Sou Momus,
o secretário de Klamm para a aldeia."
O Castelo, Franz Kafka

É muito antigo, milenar mesmo, o utópico desejo humano de experimentar a plena comunhão ritual que fosse proporcionada pela satisfação irrestrita, ainda que temporária, dos seus instintos mais elementares. Satisfação passível de ser alcançada, crê-se, apenas pela experiência de usufruto do êxtase da desmedida, ou seja, na vivência do excesso de todos os prazeres, em meio à intensificação máxima dos apetites físicos.

Experiência impossibilitada no cotidiano pela rigidez e constrangimento dos diversificados códigos comportamentais que sempre, em qualquer cultura, época e lugar, regeram os costumes, a busca pelo que possa conceder essa almejada satisfação tem sido franqueada apenas em breves períodos comemorativos e de adoração a diversas divindades pagãs. Saneadora compensação, ainda que sua suposta falta de limites apenas parcial e raramente tenha sido posta em prática.

Eis, assim, a tentativa contemporânea de efetivar a irrealizável fantasia da festa sem barreiras, o carnaval: originário do sonho similar dos egípcios, por volta de 4000 a.C., na adoração de Ísis e Osíris; oriundo da semelhante quimera dos gregos, há pelo menos 2600 anos, nas celebrações a Dionísio, origem do teatro ocidental, oficializadas por Psístrato em Atenas; proveniente dessa mesma ambição dos romanos em seus festejos a Saturno e Baco, desde o século IV a.C.; descendente do paraíso alegórico da Veneza renascentista, sob as máscaras e trajes dos personagens da *Commedia dell'Arte*; voluntarioso resultado do pesadelo católico domesticado pela tolerância do papa Paulo II no século XV, que, além de permitir que se realizassem comemorações até mesmo na Via Lata, rua localizada nas proximidades do palácio papal, foi um dos idealizadores dos bailes de máscaras, ao incentivar o carnaval de Veneza.

No carnaval, durante os poucos dias em que as convenções sociais são parcialmente suspensas, admitindo-se a subversão momentânea dos costumes, sob identidade da fantasia, desde os mais remotos tempos, a mais alta autoridade pode se tornar um pária, um cortesão pode ser mendigo, um escravo pode ser rei. Entre os antigos romanos (que excetuando o Direito, herdaram quase tudo dos gregos!), na primavera, época das saturnálias, em homenagem a Momo (a divindade grega da galhofa, irreverência e achincalhe que, devido à impertinência de seu comportamento



Wanderlei Lemos,
autor do texto

crítico, foi expulsa do Olimpo), o mais belo escravo era declarado rei Momo, onipotente no decorrer das festas, para logo depois ser sacrificado ao deus Saturno.

Latina também é uma das possíveis origens da palavra carnaval, que derivaria de *carrus navalis* (carro naval), o carro "alegórico" sobre rodas, com aspecto de navio, usado nos cortejos romanos das Saturnálias, recurso festivo herdado das Dionisíacas gregas.

Outros estudos etimológicos afirmam que carnaval resultou da evolução da expressão latina *carne levandas* (tirar, levar embora a carne) nas variantes de dialetos italianos *carne levamen*, *carne levale*, *carneval* e, finalmente, *carnaval*. A abstenção do uso da carne na alimentação, em associação com o significado simbólico de afastar-se da carne (metáfora do sexo), estaria relacionada ao início do período da Quaresma, os 40 dias que sucedem o carnaval e antecedem a Semana Santa, período de necessária purificação, após os excessos autorizados, ou, pelo menos, tolerados pela prática católica.



Noite Azul (1914), Edward Hopper

Herdeiro contemporâneo de aspectos de várias dessas tradições, o carnaval brasileiro é considerado um período de quase generalizada euforia coletiva, de genuína e alegre desinibição, sob a ótica da maioria da população, ou apenas como uma breve época de indisfarçável alienação festiva opinião de parca minoria crítica, incompreendida e até execrada pela multidão de simpatizantes ou foliões.

Divergências à parte, e em detrimento dos pretensos aspectos socializadores de suas origens de sua arcaica intenção de provisoriamente desfazer diferenças e desigualdades variadas, atualmente, sob os disfarces de nossa falsa democracia racial, são vários os indícios, velados ou não, de segregação étnica e social, evidentes no carnaval de nossos tempos, e do carioca, em particular, após o seu enclausuramento na Marquês de Sapucaí.

Não sem conseqüências elitistas, entre as várias tradições nacionais de gênero espetacular, o carnaval tem sido a mais exportada de nossas manifestações culturais ditas populares, ou seja, a mais explorada pelos interesses, muito mais econômicos que culturais, da indústria turística (que

tem gerado emprego e fonte de renda, sim, mas, é claro, com lucros milionários para uma privilegiada minoria que administra a cultura pervertida em mero negócio). Interesses estes que, já há algum tempo, vêm conferindo às mais difundidas expressões carnavalescas bailes fechados, desfiles cercados etc. visíveis características cada vez mais excludentes tanto de negros quanto de pobres, desnudando a frágil ilusão da comunhão carnavalesca. A única esperança possível só poderia vir de acreditar em um dos vários possíveis significados do título do clássico do Chico e Francis Hime, no mais radical deles, o de que, um dia, tudo isso: *Vai passar*.

Bibliografia:

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.

[Retorna à página inicial](#)

SERVIÇO DE COLETA DE DOCUMENTOS

O Serviço de Coleta e Entrega de Documentos DGCON/SECOD do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos DEGEA é o responsável pela coleta dos documentos, em todo o Estado do Rio de Janeiro, destinados a arquivamento.

A coleta é realizada em conformidade com um cronograma e visa a guarda em local apropriado e seguro. O SECOD é também responsável pela entrega dos processos urgentes e pela devolução das caixas cujo conteúdo não se encontra dentro dos padrões estipulados pela RAD-DGCON 010 Coletar e Entregar Documentos.

O serviço conta com cinco serventuários e quatorze terceirizados e dispõe de cinco kombis e um caminhão para atender todas as serventias do interior e os fóruns regionais. O posto avançado do SECOD, localizado no centro, é responsável pelo atendimento do fórum central e seu entorno.

Quando o Arquivo Central entrou em funcionamento, as serventias se encontravam sobrecarregadas de autos paralisados o que causava transtornos na execução das atividades dos funcionários. Havia, portanto, um passivo muito grande a ser retirado, herança antiga que, em pouco tempo de atividade, o DEGEA conseguiu praticamente zerar. Atualmente não se fazem mais necessárias tantas idas às serventias para coletar documentos, mas apenas retirar os que recentemente passaram à situação de arquivamento. Baseado nisso, foi elaborado o novo cronograma de atendimento para o primeiro semestre de 2008.

As unidades que não arquivam processos regularmente e, desse modo, não foram contempladas no cronograma de atendimento, podem solicitar a coleta por e-mail. Quando tratar-se de unidades localizadas no Fórum Central, o pedido deve ser encaminhado para secod-posto@tj.rj.gov.br, quanto às demais, para secod@tj.rj.gov.br.

Aqueles que desejarem consultar o novo cronograma de atendimento, podem acessá-lo pelo seguinte caminho: Onde Encontro / Arquivo - DEGEA / Cronograma de coleta de caixa-arquivo.

[Clique aqui para visualizar o cronograma de atendimento](#)

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON

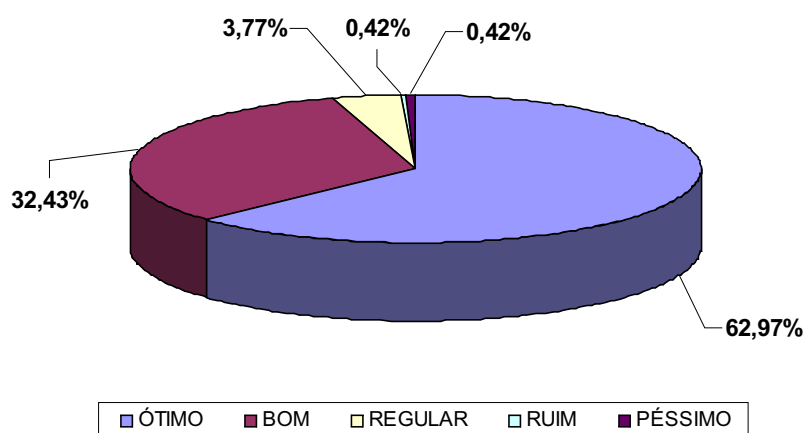
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DGCON

A Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON), desde sua implementação (abril de 2004), tem trabalhado para definir os parâmetros que devem nortear o aprimoramento dos serviços prestados aos usuários. O incremento na disseminação das informações arquivísticas, bibliográficas, históricas, jurisprudenciais e legais tem sido um desafio constante.

Com a instituição do modelo de gestão conforme a NBR ISO 9001:2000, a diretoria passou a realizar, a partir de 2006, pesquisa semestral de satisfação junto aos usuários de seus serviços. Porém, somente a partir de 2007 as pesquisas tornaram-se sistemáticas, obedecendo à metodologia estabelecida na RAD-PJERJ-010, e tendo como inspiração a experiência desenvolvida no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (unidade da DGCON já certificada). Apesar de ainda não ser uma diretoria selecionada para submeter-se ao processo de certificação, a Administração Superior da DGCON resolveu encarar mais este desafio, como forma de coletar dados objetivos que permitam melhorar o desempenho enquanto unidade de apoio. É mais uma ação focada no atendimento às demandas dos usuários.

O conceito de grau de satisfação pode ser entendido como o percentual de respostas positivas obtido na pesquisa, ou seja, o somatório do número de respostas "ótimo" e "bom" em relação ao total de respostas válidas. Neste sentido, cada Departamento que compõe a estrutura da DGCON elaborou uma lista de perguntas relacionadas às suas atividades e aplicou a pesquisa aos seus usuários.

Grau de Satisfação dos Usuários com os Serviços Prestados pela DGCON:



No 2º semestre de 2007, o resultado consolidado das pesquisas apresentou um grau de satisfação da ordem de 95,40%, revelando a aprovação dos usuários.

Em 2008, com o início da realização sistemática das pesquisas de opinião, será possível colher informações mais específicas que contribuam para o incremento dos serviços oferecidos pela diretoria.

Dentre os principais serviços prestados pela DGCON, encontra-se: o assessoramento técnico arquivístico; o arquivamento/desarquivamento de processos; a realização de pesquisas bibliográficas, legislativas, jurídicas e históricas; a divulgação de informações; o empréstimo/consulta ao acervo bibliográfico.

Dúvidas, elogios e sugestões de melhoria podem ser encaminhados para o endereço eletrônico: dgcon@tj.rj.gov.br.

Retorna à página inicial

TABELA DE SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS

O Serviço de Pesquisa SEAPE é responsável pela realização de pesquisas jurídicas no banco de dados do TJERJ, para o público em geral, e em todos os bancos de dados dos tribunais estaduais e superiores, além de artigos na internet, para os magistrados desta Corte.

O SEAPE também tem como atribuição a

elaboração e alimentação de tabelas com informações relevantes aos magistrados, como a de suspensão dos prazos processuais e em que, recentemente, finalizou a inserção

dos prazos processuais suspensos em 2005.

A unificação dos atos que suspendem os prazos processuais em uma tabela única é ferramenta de grande valia para os magistrados porque simplifica a busca e reduz o tempo de pesquisa, tornando mais célere a prestação jurisdicional.

A tabela de suspensão de prazos processuais compreende os órgãos administrativos e julgadores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, da Capital e do interior. Por meio de *links*, é possível acessar o inteiro teor dos atos.

Os feriados nacionais e religiosos, divulgados no ano anterior, não são inseridos

na tabela, que tem como foco os prazos suspensos por razões especiais, como mudança de instalações físicas, alagamento em virtude de enchente, reorganização dos

serviços cartorários etc.

Além da tabela de suspensão dos prazos processuais, o SEAPE, em parceria com o Serviço de Estruturação do Conhecimento SEESC, alimenta com novas jurisprudências diversas tabelas como, por exemplo, a de compilação dos verbetes sumulares do TJERJ, STJ e STF e a de correlação temática.



Simone, Cristina e Rosemary

DGCON IMPLANTA VINCULAÇÃO ENTRE ATOS OFICIAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Desde o início do trabalho de lançamento de íntegras de atos oficiais, a DGCON vem buscando melhorar ainda mais os resultados alcançados com a sua execução.

Por conta disso, foi desenvolvida uma nova rotina que irá facilitar e agilizar, em muito, a consulta dos atos por parte dos usuários do Portal Corporativo da Instituição.

O novo procedimento, aqui chamado de vinculação entre atos, permite a visualização da íntegra de quaisquer atos oficiais que estejam citados no texto original, sem a necessidade de se realizar uma nova pesquisa no sistema. Para se oferecer a facilidade de consulta à íntegra dos referidos atos, foi imprescindível a parceria entre dois Serviços do Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento (DECCO): o Serviço de Disponibilização de Documentos (SEDID) e o Serviço de Captação do Conhecimento (SECAP). O primeiro serviço disponibiliza os atos recentes (trabalho iniciado a partir de 15/03/2007) e o segundo, aqueles que não foram disponibilizados na ocasião de sua publicação (antigos). Em breve, serão incorporados, ao novo procedimento, os vínculos para os processos administrativos e para a Legislação Externa que se encontrarem no teor dos atos oficiais.

Ambos os serviços realizam a inserção de *links* no próprio texto dos atos oficiais ou, ao final destes, quando há referência a outro ato, sem que ocorra, entretanto, qualquer alteração do seu conteúdo. Tomemos como exemplo o Aviso TJ nº 9/2007 abaixo indicado:

AVISO TJ Nº 9, de 09/03/2007 (ESTADUAL)

AVISO Nº 09/2007

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, AVISA que, na forma regulamentada no **ATO NORMATIVO nº 05/2006**, a Divisão de Apoio a Foros Regionais e do Interior, do Departamento de Infra-Estrutura Operacional, da Diretoria Geral de Logística, realizará, nos dias 13, 14, 20 e 21 de março do corrente ano, visitas de apoio e coordenação às seguintes comarcas do 2º, 11º, 12º e 13º Núcleos Regionais:

- Dia 13/03/07 - 3ª feira às 13:00 horas: XI JEC - Penha (12º NURC); 3ª feira às 15:30 horas: Fórum da Pavuna (12ª NURC).
- Dia 14/03/07 - 4ª feira às 11:00 horas: Fórum de Saquarema (11º NURC); 4ª feira às 14:30 horas: Posto JEC e 3º RCPN - Inoã (2º NURC);
4ª feira às 15:30 horas: Fórum novo de Maricá (2ºNURC).
- Dia 20/03/07 - 3ª feira às 11:00 horas: XVII JEC Realengo (13º NURC).
- Dia 21/03/07 - 4ª feira às 11:00 horas: Fórum de Silva Jardim (2º NURC); 4ª feira às 14:00 horas: Fórum de Armação dos Búzios (11º NURC).

Rio de Janeiro, 09 de março de 2007.

(a) Desembargador José Carlos S. MURTA RIBEIRO - Presidente

O Aviso, indicado na página anterior, faz referência ao **ATO NORMATIVO nº 05/2006**, sendo possível o acesso direto à íntegra de seu conteúdo por meio de um simples *link* inserido.

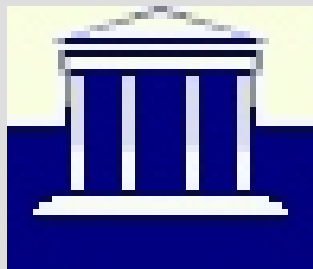
É importante ressaltar que esse procedimento de vinculação de atos iniciou-se em 18/02/2008 e que o estabelecimento dos vínculos existentes em atos anteriores a essa data se dará paulatinamente, conforme o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo SECAP.

A vantagem obtida demonstra claramente o interesse e o engajamento da DGCON no cumprimento de sua missão, que objetiva a disseminação e o compartilhamento do saber organizacional, de forma fácil e célere, no âmbito do PJERJ, facilitando a navegabilidade e leitura dos atos.



Ana Lúcia (Diretora da Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento - DICAC), Alexandre Nigri (SECAP), Tania (SEDID), Rafael (SECAP) e Marco Antônio (SEDID)

[Retorna à página inicial](#)



**ACESSE O
BANCO DO CONHECIMENTO
DO PJERJ**

SERVIÇO DE DIFUSÃO

O Serviço de Difusão DGCON/SEDIF é responsável pela captação, seleção e disseminação, por e-mail, de informações relevantes, tais como julgados, artigos jurídicos e matérias de interesse do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.

Alguns exemplos de atividades desempenhadas pelo SEDIF são o encaminhamento de notícias sobre: legislações Federal e Estadual; criação e cancelamento de verbetes sumulares; e mentários de Jurisprudência do TJERJ; notícias do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça e publicação de Atos Oficiais.

As ações empreendidas pelo SEDIF visam ao constante aprimoramento e melhoria da atividade-fim do PJERJ, que é a entrega da prestação jurisdicional. Para tanto,

a equipe do SEDIF promove, anualmente, pesquisa perante os magistrados para coletar sugestões com a finalidade de melhor auxiliá-los em seus anseios por uma justiça célere, facilitando o acesso ao entendimento doutrinário e jurisprudencial mais recentes.

No ano passado, todos os magistrados foram contatados para que cada um pudesse informar o ramo do Direito de seu interesse, se cível, criminal, ou ambos, o que possibilitou a segmentação das mensagens.

Quando um e-mail encaminhado pelo SEDIF é recebido, o destinatário não tem idéia do trabalho consistente na verdadeira "garimpagem" e triagem dos assuntos, nem do tempo exíguo, inerente à atividade, de que a equipe dispõe para a captação e difusão das mensagens diárias.



Ana Cristina, Flávio e Sônia

APRESENTAÇÃO DO BANCO DO CONHECIMENTO E DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELO DECCO

O Banco do Conhecimento do PJERJ constitui instrumento destinado a facilitar a localização, a recuperação e a reutilização dos dados, informações e conhecimentos mais relevantes para o cumprimento da missão institucional, com o objetivo de contribuir diretamente para a eficiência e eficácia das atividades de magistrados e servidores, além de ser fonte de consulta para o público externo.

A divulgação do Banco do Conhecimento e dos demais serviços desenvolvidos pelo Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento (DGCON-DECCO) visa, precipuamente, à construção de uma sólida relação com os magistrados e servidores. Este marketing interno motiva-os a utilizarem a referida ferramenta e a terem ciência dos recursos que são desenvolvidos, de modo a promover o pensamento sistêmico, a visão compartilhada e a idéia de que o engajamento de todos os "trabalhadores do judiciário" é essencial para o aperfeiçoamento das atividades.

Para alcançar essa meta, de promover ações para estimular e facilitar o compartilhamento do conhecimento no Poder Judiciário, as servidoras Ana Cristina Erthal (DGCON-SEDIF) e Mônica Papf Soares (DGCON-SEESC) apresentaram os vários serviços que são desenvolvidos no Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento, a diversos Assessores e Desembargadores, alguns recentemente empossados.

A fim de ilustrar esse momento de intercâmbio com os integrantes das unidades do PJERJ, alguns desembargadores e funcionários do PJERJ, gentilmente, permitiram o registro, conforme fotos abaixo.

Os assessores Eliana Reis, Adriana Pereira e Leandro Cesar Brasil do Gabinete do Desembargador Des. Custodio de Barros Tostes e Ana Cristina Erthal (DGCON-SEDIF)



A Des. Lúcia Maria Miguel da Silva Lima e os assessores Flávia Zangerolame, Carla Costa e Felipe Morais



Os assessores Cláudia Villeroy, o Des. Ronaldo Álvaro Lopes Martins, Raphael Cadete de Oliveira e Luiz Cláudio Moura de Almeida



Os assessores Ana Maria Santos Almeida, Aline Lima e Sidmar Magalhães do Gab. da Desembargadora Denise Bruyere Rolins Lourenço dos Santos e Monica Papf Soares (DGCON-SEESC)

O BIBLIOTECÁRIO

"Ordenar bibliotecas é exercer de um modo silencioso a arte da crítica."

Jorge Luis Borges

"No Egito, as bibliotecas eram chamadas 'Tesouro dos remédios da alma'.

De fato é nelas que se cura a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e a origem de todas as outras."

Jacques-Bénigne Bossuet

O bibliotecário exerce uma das profissões mais antigas da humanidade. Estima-se que talvez tenha se iniciado, nos primórdios, com as práticas estabelecidas pelos monges copistas. O crescente valor da informação na sociedade contemporânea tem contribuído para a ampliação das possibilidades de trabalho desse profissional. Ele é um "Cientista da Informação" de caráter interdisciplinar, pois seu objeto de estudo é a informação. Muito além do que se pensa, o papel do bibliotecário não é apenas o de guardar ou tirar poeira dos livros. Este estereótipo é quebrado quando as pessoas descobrem que seu verdadeiro papel é disseminar a informação, ajudando o usuário a localizar de forma mais rápida e precisa a informação desejada. Para isso desenvolve técnicas e serviços para que a informação possa estar ao alcance dos usuários seja em que suporte se apresentar (impresso, digital, sonoro, etc.).

Este profissional trabalha como um administrador de dados, além de

processar a informação. Tratando tecnicamente, catalogando e guardando as informações, ele desenvolve recursos informacionais e também orienta sua busca e seleção; disseminando informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolve estudos e pesquisas; realiza difusão cultural; desenvolve ações educativas. Cabe-lhe analisar, sintetizar e organizar livros, revistas, documentos, fotos, filmes e vídeos. É de sua responsabilidade planejar, implementar e gerenciar sistemas de informação, além de preservar os suportes (mídias) para que resistam ao tempo e ao uso. É o profissional talhado para prestar serviços de assessoria e consultoria em redes e sistemas de informação, bem como, gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação.

Além do trabalho em bibliotecas, universidades e órgãos governamentais, cresce a procura por seus serviços em centros de pesquisa, empresas, museus e

comércio. Outras possibilidades que vem surgindo estão na prestação de assessoria e consultoria para editoras e profissionais liberais. O bibliotecário pode também atuar como: Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista de Informação, Consultor de Informação, Especialista de Informação, Gerente de Informação, Gestor de Informação, além de ter a função de educador, em bibliotecas escolares. Ele é um mediador entre a informação e o usuário gerando, desta forma, o conhecimento, de modo a incluir todos os indivíduos.

No Brasil, a profissão é regulamentada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e legislação correlata, além da necessidade de registro no CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia). Na Classificação Brasileira de Ocupações a profissão está classificada na família 2612:

Profissionais da informação. O curso é oferecido por universidades federais, estaduais e particulares e tem duração de quatro anos, em que são oferecidas disciplinas na área de comunicação, história da cultura, realidade brasileira, línguas portuguesa e estrangeira, mais métodos de pesquisa, além das matérias de formação profissional, nas quais estão assuntos como informação aplicada à administração de bibliotecas e formação e desenvolvimento de coleções.

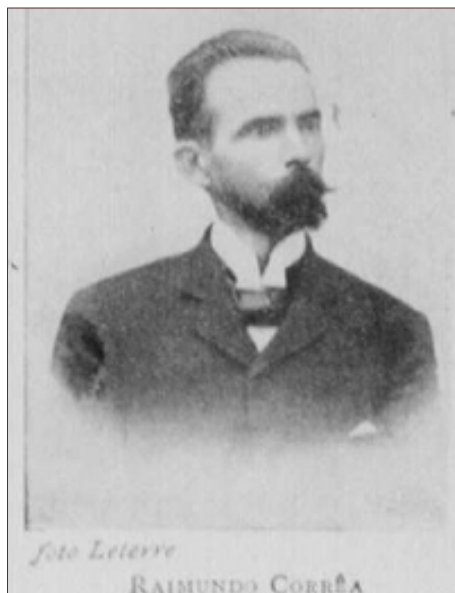
No dia 12 de março, comemoramos o Dia do Bibliotecário, portanto, queremos parabenizar todos estes profissionais imprescindíveis numa sociedade cada vez mais dependente da informação. A importância social e ética do bibliotecário merece ser reconhecida, pois através de seu trabalho o homem conquista o conhecimento e a cidadania.

**SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO - DGCON-DEGAB-SEDIV
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

[Retorna à página inicial](#)

A MAGISTRATURA EM PROSA E VERSO

RAIMUNDO CORREIA



Raimundo Correia

Localização: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Lata 26, nº 123 IC Retrato)

Raimundo da Mota de Azevedo Correia nasceu a 13 de maio de 1859, a bordo do vapor São Luiz, de bandeira nacional, ancorado na Barra de Mangunça, no litoral maranhense. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, tencionando seguir a carreira de seu pai a magistratura. Em 1883 foi nomeado promotor público da comarca fluminense de São João da Barra e, no ano seguinte, juiz municipal do termo de Vassouras, também na província do Rio de Janeiro. Já estreara na literatura com a publicação do livro de poesias *Primeiros sonhos* (1879), seguido por *Sinfonias* (1883), com uma introdução de Machado de Assis.

Em Vassouras, onde a florescente economia cafeeira sustentava a vida comercial, social e cultural, encontrou ambiente propício às atividades literárias. Ali recebeu a visita de diversos amigos, entre eles Alberto de Oliveira e Olavo Bilac, com os quais, alguns anos mais tarde, viria a formar a célebre “trindade parnasiana”.

Proclamada a República, foi nomeado juiz de direito da comarca maranhense de Turiassu em novembro de 1889 e, em dezembro do mesmo ano, juiz de direito da comarca de Santa Isabel, em São Gonçalo do Sapucaí, no estado de Minas Gerais, ficando sem efeito a nomeação anterior.

Em 1897, por motivos de saúde, retornou ao Rio de Janeiro. Eleito entre os 40 membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, não pôde estar presente à sessão inaugural, pois tivera de partir para Lisboa, nomeado 2º secretário da Legação Brasileira na capital portuguesa. Alguns meses depois, regressou ao Brasil, fixando residência no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Petrópolis.

Sendo juiz em disponibilidade, conseguiria, em 1903, o seu aproveitamento na 2ª Pretoria do Distrito Federal. Voltava, assim, à magistratura, após um afastamento de mais de dez anos.

Em janeiro de 1907, foi nomeado juiz de direito da 2ª Vara Criminal, recebendo, por parte da imprensa, as maiores homenagens. Removido para a 5ª Vara Criminal em junho do mesmo ano, e desta para a 3ª Vara Cível, em dezembro de 1908, permaneceria nesse cargo até o final de seus dias. Dedicava-se cada vez mais à magistratura. Apresentado a alguém como “o poeta Raimundo Correia”, apressava-se a corrigir: “Juiz da 3ª Vara”. Realizava seu trabalho com verdadeiro amor e devoção, procurando servir tão bem à Justiça quanto servira à poesia.

Sua frágil saúde, entretanto, debilitava-se cada vez mais, levando-o, em 1911, a buscar tratamento em Paris, onde faleceu, a 13 de setembro do mesmo ano. Em 1920, por iniciativa da

Academia Brasileira de Letras, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil e sepultados no Cemitério de São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

Além de *Primeiros sonhos* e *Sinfonias*, publicou *Versos e versões* (1887), *Aleluias* (1891) e *Poesias* (1898).

Sonetos *As pombas* e *Mal secreto*, de Raimundo Correia

AS POMBAS

Vai-se a primeira pomba despertada...
Vai-se outra mais... mais outra... enfim
[dezenas]
De pombas vão-se dos pombais, apenas
Raia, sangüínea e fresca, a madrugada...

E a tarde quando a rígida nortada
Sopra, aos pombais de novo elas, serenas,
Ruflando as asas, sacudindo as penas,
Voltam todas em bando e em revoada...

Também dos corações onde abotoam,
Os sonhos, um por um, céleres voam,
Como voam as pombas dos pombais;

No azul da adolescência as asas soltam,
Fogem... Mas aos pombais as pombas
[voltam,]
E eles aos corações não voltam mais...

MAL SECRETO

Se a cólera que espuma, a dor que mora
N'alma e destrói cada ilusão que nasce,
Tudo que punge, tudo que devora
O coração, no rosto se estampasse;

Se se pudesse, o espírito que chora,
Ver através da máscara da face,
Quanta gente, talvez, que inveja agora
Nos causa, então piedade nos causasse!

Quanta gente que ri, talvez consigo
Guarda um atroz, recôndito inimigo,
Como invisível chaga cancerosa!

Quanta gente que ri, talvez existe
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa!

**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL****UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO RECEBEM
O CERTIFICADO NBR ISO 9001:2000**

O Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Presidente do TJERJ; o Des. Sylvio Capanema de Souza, 1º Vice-Presidente do TJERJ; o Des. Paulo Roberto Leite Ventura, Diretor-Geral da EMERJ; o Des. Gustavo Adolpho Kuhl Leite; o Des. Jorge Luiz Habib, integrante da 18CCIV; o Professor Airton Carlos Gonzáles, Gerente de Certificação e de Qualidade da FCAV; e Alfredo Lobo, Diretor da Qualidade do Inmetro.

Em solenidade realizada no salão nobre do TJERJ, em 31 de janeiro, receberam os certificados da Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV), Organismo Certificador Credenciado (OCC), em reconhecimento à eficácia de seus sistemas de gestão, as seguintes unidades organizacionais: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ); 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (18CCIV); 6ª Vara Cível da Comarca da Capital (06VCIV/CP); 13ª Vara Cível da Comarca da Capital (13VCIV/CP); 25ª Vara Cível da Comarca da Capital (25VCIV/CP), Cartório da Dívida Ativa, vinculado ao Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de São João de Meriti (03VCIV/SM/CADAT); Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN); Departamento de Segurança Patrimonial (DGSEI/DESEP); Departamento de Distribuição, da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/DGADM/DEDIS); e Departamento de Contratos e Atos Negociais, da Diretoria Geral de Logística (DGLOG/DECAN).

Em 2004, os sistemas de gestão da EMERJ, da 18CCIV e da 13VCIV/CP receberam seus primeiros certificados NBR ISO 9001:2000, válidos por três anos. Em novembro de 2007, passaram por auditorias de recertificação, tendo o organismo certificador deliberado por renová-los por igual período.

O processo de certificação das demais unidades exigiu, entre outros instrumentos, processos de trabalho documentados, objetivos estratégicos e metas definidos, indicadores de desempenho, pesquisa de satisfação e reuniões de análise crítica, com o fim de melhor gerenciá-las.

Cada unidade passou, então, por uma auditoria interna completa para verificar a conformidade dos processos de trabalho em relação à Norma NBR ISO 9001:2000; a implementação e manutenção dos SIGA; e a melhoria dos sistemas de gestão.

Após serem seus sistemas de gestão reconhecidos como implementados pelas auditorias internas, todas obtiveram sucesso nas auditorias externas realizadas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV).

Os sistemas de gestão das dez unidades vão passar por auditorias internas anuais e por processo de manutenção do certificado, também realizado pela FCAV. Após três anos, as unidades deverão passar por auditorias de recertificação, que verificam a melhoria dos sistemas de gestão com foco na satisfação dos usuários.

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro inicia 2008 celebrando importantes conquistas na área da qualidade, que representam uma recompensa ao esforço e comprometimento de seus integrantes.

Interessados em compartilhar o sucesso alcançado pelas equipes das unidades certificadas e recertificadas, estiveram presentes na solenidade, além de outras autoridades: o Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça, que fez a entrega dos certificados aos representantes das unidades contempladas; o Professor Airton Carlos Gonzáles,



Em primeiro plano, o Des. Paulo Roberto Leite Ventura, o Presidente José Carlos Schmidt Murta Ribeiro e o Professor Airton Carlos Gonzáles. Ao fundo, o Des. Sylvio Capanema de Souza, o Des. Gustavo Adolpho Kuhl Leite e o Des. Jorge Luiz Habib.

Gerente de Certificação e de Qualidade, representando a FCAV; e Alfredo Lobo, Diretor da Qualidade do Inmetro.

Também é importante destacar que, atualmente, são 26* os setores da Justiça Estadual a possuírem o selo de qualidade NBR ISO 9001:2000, que será estendido a outros órgãos do Poder Judiciário. As unidades com auditorias de certificação programadas para 2008 são: 5ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital (05VOS/CP); 16ª Vara Criminal da Comarca da Capital (16VCRI/CP); 28ª Vara Criminal da Comarca da Capital (28VCRI/CP); 29ª Vara Criminal da Comarca da Capital (29VCRI/CP); 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital (01VEMP/CP); XXVII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital (XXVIIJEC/CP); 3ª Vara Cível Regional de Madureira Comarca da Capital (03VCIV/MACP); 4ª Vara Cível Regional de Madureira Comarca da Capital (04VCIV/MACP); Central de Cumprimento de Mandados de Vara Cível do Forum Central da Comarca da Capital (CGJ/CCM/VCIV/CP); Secretaria das Turmas Recursais (SETRE); Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Judiciais (DGFAJ); Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais (DGFEX); e Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DGPE/DEDEP).

*EMERJ; 18CCIV; 13VCIV/CP; DGPCF/DEGAR; 12VFAM/CP; IVJEC/CP; 09VCRI/CP; 19VCRI/CP; 32VCRI/CP; DGCON/DEGEA; IXJECRIM/CP; 07VCIV/CP; 18VCIV/CP; 35VCIV/CP; 03VCIV/CP; 08VCIV/CP; DGPE/ESAJ; 1VP/DECIV; 01VCIV/CGCP; 06VCIV/CP; 25VCIV/CP; DGDIN; DGSEI/DESEP; DGLOG/DECAN; CGJ/DGADM/DEDIS; e 03VCIV/SM/CADAT.

[Retorna à página inicial](#)

UM GESTO DE SOLIDARIEDADE

A solidariedade de magistrados e serventuários do Tribunal de Justiça propiciou o recolhimento de 35 caixas com roupas e alimentos que lotaram uma viatura Kombi furgão.

Os donativos recolhidos em campanha promovida pelo Desembargador CELSO GUEDES, Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, foram entregues às autoridades municipais de Petrópolis.

Segundo a Defesa Civil o distrito de Itaipava, que foi fortemente atingido pelas últimas chuvas na região, apresenta 1.500 pessoas, de 300 famílias, desalojadas ou desabrigadas.

Dentre peças de vestuário, alimentos e utensílios domésticos, foram enviados livros e até uma bicicleta infantil.

Diretoria Geral de Logística - DGLOG

RECICLAR É PRECISO

No mundo digital, uma impressora está longe de ser um dos periféricos mais caros do microcomputador, entretanto a reposição de seus cartuchos de tinta pode causar um grande susto ao consumidor. Principalmente, se for uma instituição do porte do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que, atualmente, possui mais de 3.000 impressoras distribuídas por todo o estado.

Com o intuito de minimizar o problema, nasceu, em 2004, a idéia da reciclagem. Na ocasião, a Diretoria de Logística lançou o *Projeto Arrancada*, que objetivava desenvolver idéias que focassem economia e responsabilidade ambiental. Entre os cinquenta trabalhos inscritos, *Reciclagem de Cartucho* foi o projeto vencedor.

Entretanto, naquele momento, não foi possível encontrar tecnologia adequada para a implementação do projeto. O Departamento de Patrimônio e Material DEPAM iniciou, então, pesquisas sobre o assunto. A idéia foi amadurecendo e os avanços tecnológicos aumentando. Finalmente, em agosto de 2007, o projeto pôde ser implementado.



Fase final do processo: cartucho sendo recarregado.



Miniestação de tratamento de água

O TJERJ inaugurou, sob a responsabilidade da Divisão de Garantia da Qualidade DIGAQ da Diretoria Geral de Logística, um laboratório para a reciclagem. Nele, os cartuchos passam por uma avaliação prévia. Basicamente, cada cartucho possui um reservatório de tinta, uma cabeça de impressão e um circuito eletrônico. Para que possa ser reciclado, o circuito não pode estar queimado. Feita esta verificação, os queimados são encaminhados à ABATERJ, para que sua matéria-prima seja reciclada.

Os cartuchos aprovados são lavados com água deionizada, proveniente de uma pequena estação de tratamento, em que dois filtros retiram as impurezas e um outro equipamento deioniza a água, evitando, assim, interferências no circuito eletrônico do cartucho.

Toda água proveniente da lavagem dos cartuchos é

coletada, armazenada em galões e encaminhada à ABATERJ, evitando, assim, que os resíduos de tinta sejam lançados no esgoto comum.

Inicialmente, foram realizados diversos testes e, a partir de março do ano corrente, os cartuchos remanufaturados começarão a suprir parte da demanda do TJERJ. A maioria das impressoras utilizadas no Poder Judiciário do ERJ é compatível com os cartuchos reciclados. No entanto, o Tribunal continuará efetuando a compra de cartuchos originais, o objetivo é reduzir esses gastos para um terço do atual. Pois cada cartucho, se armazenado adequadamente, pode ser reutilizado com sucesso, em média, até três vezes.

Para isso, é importante a colaboração de todos, especialmente do usuário que precisa devolver, o quanto antes, o cartucho vazio para a Divisão de Almoxarifado.

Visando identificar os cartuchos remanufaturados, criaram-se duas etiquetas, uma informa o modelo da impressora e a outra indica o número do código que cada um recebe ao ser reciclado.

O pioneirismo do TJERJ já desperta o interesse de outros tribunais, que também estão preocupados em diminuir seus gastos e minimizar os danos ao meio ambiente.



Equipe responsável pelo laboratório: Marcello (Diretor da DIGAQ), Lúcia, Luiz, André, Elmo, Felipe e Carlos Alberto.

[Retorna à página inicial](#)

Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças - DGPCF**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS - RAC**

Com a criação do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ em 22/01/1996, através da Lei 2.524, que permitiu ao Poder Judiciário a autonomia financeira, bem como a dotação de recursos financeiros para atender as despesas de capital e de custeio, inclusive às de natureza indenizatória, tais como, diárias, hora-aula, se fez necessária a criação de um sistema de acompanhamento e monitoramento da aplicação dos recursos dispendidos (humanos, receita própria, convênios e repasses) na prestação jurisdicional, que evidenciasse, assim, o custo de todas as atividades, bem como a implantação de indicadores de desempenho que possibilitassem a avaliação dos resultados da gestão pública judiciária, propiciando uma atuação preventiva e corretiva de despesas.



Sebastião de Freitas Oliveira (Diretor-Geral da DGPCF), Verônica Sennas, Giovanna Donadi (Diretora da DIACC) e Antonio Siqueira.

Desse modo, foram instituídos os Centros de Custos do Poder Judiciário e o Relatório de Acompanhamento de Custos RAC, primeiramente, por meio do Ato Normativo Conjunto nº 01/1999, durante a administração do Des. Presidente Humberto de Mendonça Manes, com alterações promovidas, em 06/11/2006, pelo Ato Normativo Conjunto nº 07/2006, já então, na administração do Des. Presidente Sérgio Cavalieri Filho.

Ressalte-se que a implantação de sistemas de custos não atende apenas aos imperativos da modernização e da eficiência da gestão, mas é, também, uma exigência da própria legislação vigente. Nesse sentido, o § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei da Responsabilidade Fiscal LRF, estabelece que "*a Administração Pública manterá sistemas de custos que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*". Pode-se, assim, considerar este E. Tribunal precursor desta visão moderna de gerenciamento das despesas.

O RAC é um sistema que centraliza todas as informações de custos do Tribunal de Justiça em único sistema, permitindo a construção de relatórios gerenciais focados como instrumentos de auxílio de tomada de decisão, adequada utilização de recursos, redução do desperdício, maior


qualidade e transparência do gasto público, aprimoramento da qualidade do serviço oferecido ao cidadão, aperfeiçoamento da gestão pública e melhor desempenho institucional.

Neste momento, destaca-se a grande parceria com a DGTEC, principalmente com a equipe do DERUS, representada por Ivan Lindenberg e Liliana Monteiro, pois constantemente estamos desenvolvendo módulos com o intuito de, cada vez mais, produzirmos relatórios gerenciais que possibilitem a evidenciação dos resultados da atividade jurisdicional e melhoria na qualidade da informação.

Destaca-se, ainda, o apoio do Diretor do DEPLO, Sr. Fernando Roriz e do nosso Diretor Geral Sebastião de Freitas Oliveira, os quais reconhecem o RAC como forma de dar respostas transparentes às questões de onde se gasta, como se gasta e quanto se gasta na prestação jurisdicional.

Um sistema de controle e acompanhamento de custos só funciona quando apoiado em informações estruturadas que cumpram com o seu objetivo, ou seja, o de suprir os usuários com informações úteis e confiáveis sobre o produto da área de responsabilidade, o desempenho da unidade organizacional, o processo decisório e a utilização dos fundos alocados ou destinados ao cumprimento das metas e objetivos predeterminados.


Alguns conceitos utilizados na concretização do sistema:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conceito do Sistema de Custos

- **Distribuição e alocação de todos os recursos utilizados nas atividades administrativas e judiciais, adotando-se, em regra, o regime de competência da despesa:**
 - **Pessoal** - magistrados e servidores ativos.
 - **Custeio** - material de expediente, prestação de serviços terceirizados, concessionárias de serviços públicos, etc.
 - **Investimento** - projetos destinados à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Critérios de Rateio

- Pessoal – por lotação totalizando as remunerações.
- Custeio:
 - material de consumo – por valor alocado na serventia solicitante quando do recebimento do material;
 - concessionária de Serviços Público – por valor rateado entre as serventias atendidas;
 - prestação de serviços terceirizados – valor alocado na serventia atendida ou na lotação do terceirizado.
- Investimento – valor alocado na serventia atendida.

Forma de obtenção de custos:

O RAC busca informações sobre os custos do Tribunal de Justiça de diversos sistemas utilizados no Tribunal, tais como:

1. SISCAN Custos de diversos contratos obtidos pela soma de todas as notas fiscais, referentes a um determinado período;
2. ESAJ Contratos da ESAJ, dos programas Servidor Instrutor e Magistrado Instrutor;
3. Folha de Pagamento Custos com pagamento de Servidores, Magistrados, Servidores requisitados e Comissionados, através da lotação dos mesmos;
4. SISTRANSP Custos de gastos de combustível, de acordo com a utilização dos veículos pelos órgãos;
5. EQUIPA Custos pela localização dos equipamentos de informática etc.

Foram também definidas diversas regras de rateio com todas as unidades organizacionais, o que não impede alterações, na medida em que se aproximem cada vez mais da realidade da absorção do custo real.

Novas realizações marcaram o sistema RAC no ano 2007. Primeiramente, em setembro, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi convidado a apresentar o sistema de controle e acompanhamento de custos RAC no Congresso de Gestão de Custos na Administração Pública, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. A exposição foi feita pelo Diretor Geral do Controle Interno, André Saboya. O sistema foi referenciado como pioneiro na gestão de custos dos tribunais.

A segunda realização foi à publicação do RAC mensal, através da página da Intranet/Internet, facilitando, assim, aos gestores desta E. Corte, um acesso mais célere e dados mais consolidados e transparentes das despesas rateadas. Pode-se concluir que o RAC é um dos principais instrumentos para mensurar a eficiência deste Tribunal de Justiça, pois evidencia os resultados da gestão judiciária a toda sociedade civil.

Finalizando, é mister mencionar que a gestão estratégica de custos também dependerá de:

1. Fomentar uma cultura de custos na instituição;
2. Coordenar ações de capacitação em gestão de custos, que deveram ter caráter permanente;
3. Divulgação da política de custos;
4. Desenvolvimento de um **Manual de Gestão de Custos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro** para a definição de parâmetros referenciais norteadores, com detalhamento dos padrões operacionais mínimos e detalhamento dos indicadores de custos.

[Retorna à página inicial](#)

Canal Aberto

“Estou retornando de minhas férias hoje e fiquei muito contente com o conteúdo da revista interação, que vem crescendo a cada edição.

Parabéns à equipe pelos assuntos escolhidos e pela seriedade com que os temas são tratados.”

Márcia Moura

Departamento de Documentação da DGDIN

Envie-nos suas críticas e sugestões.

Contacte-nos pelo e-mail revistainteracao@tj.rj.gov.br ou pelo telefone 3133-2740.

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPEs

ATENDIMENTO MÉDICO-ASSISTENCIAL

O Departamento de Saúde DESAU, do ponto de vista assistencial, proporciona o atendimento médico, propriamente dito, de enfermagem, o odontológico, o psicológico e o de assistência social. A equipe do DESAU compõe-se de 18 médicos, 4 enfermeiras e 8 auxiliares ou técnicos de enfermagem que prestam serviços aos servidores, mais de três mil, lotados nas instalações do Fórum Central; aos desembargadores; aos juízes; e aos usuários do Judiciário, ou seja, às partes, advogados, promotores, procuradores etc., que circulam no espaço físico do Tribunal.



Dr. Julio Pereira Guiomar

O atendimento funciona, normalmente, de segunda a sexta, das 8 às 20h, havendo, no entanto, disponibilidade de equipes para plantões noturnos e funcionamento nos finais de semana, quando, por exemplo, da realização de eventos promovidos pelos magistrados; ou concursos públicos, geralmente efetivados aos domingos.

São realizados cerca de duzentos atendimentos por dia, a maior parte deles no horário das 11 às 17h. Atende-se desde a uma dor de cabeça comum até a casos de parada cardíaco-respiratória, que seria a emergência máxima. A maior parte do atendimento compõe-se de pequenas emergências, o chamado pronto-atendimento, mas são atendidas cerca de cinco a sete emergências, de média a alta gravidade, por semana, ocasionadas pelos mais diversos motivos: casos de pressão alta, hemorragia digestiva, infarto, infecção grave dos rins, imobilização provocada por dor aguda na lombar, trauma ósseo ou muscular provocado por queda, e até casos de tentativa de suicídio de presos e funcionários, ocorrências para as quais, freqüentemente, é necessária a transferência para internação em hospitais. Nesses casos, quando o paciente tem plano de saúde, a assistência social entra em contato com o plano, e a transferência é feita para a unidade hospitalar adequada. Quando o atendido não tem plano de saúde, graças a um convênio que o Tribunal tem com o Corpo de Bombeiros, a remoção é feita em ambulância disponibilizada por esta instituição, e o paciente é encaminhado para o Hospital Municipal Souza Aguiar, o melhor equipado para lidar com emergências.

O DESAU conta com os mais sofisticados e atualizados equipamentos necessários à prestação de qualquer tipo de socorro emergencial, como desfibriladores automáticos,

respiradores etc. Quanto ao preparo dos recursos humanos disponíveis, Dr. Julio Pereira Guiomar explica que os médicos e a equipe de enfermagem receberam treinamento na Sociedade Brasileira de Cardiologia. Os médicos se capacitaram no curso Suporte Avançado de Vida em Cardiologia, enquanto a enfermagem, no curso básico. Isso para que todos pudessem lidar com os casos de parada cárdio-respiratória da melhor maneira possível. A cada dois anos, os profissionais refazem os respectivos cursos para fins de atualização.

Sem dúvida, nossa saúde está em boas mãos.



Leito equipado para atendimentos emergenciais

[Retorna à página inicial](#)

HISTÓRIA E DIREITO



A Desembargadora Leila Mariano e o Professor Chico Alencar

A Escola de Administração Judiciária (DGPES/ESAJ), em parceria com o Museu da Justiça (DGCON/DEGEM) desenvolveu o projeto *História e Direito: desde a vinda da Família Real aos dias de hoje*. Serão realizadas palestras mensais com temas que retratarão as principais conquistas e avanços sócio-jurídicos dos últimos 200 anos, tais como: o direito da mulher; direito à saúde, à liberdade etc.

Para inaugurar o projeto, a ESAJ e o Museu convidaram o professor, historiador e deputado federal Chico Alencar, que proferiu a palestra *A vinda da Família Real - Visão histórica*, realizada no dia 7 de março do corrente ano, aberta a todos os servidores do

Poder Judiciário do Rio de Janeiro.

A apresentação contou com recursos de videoconferência, que possibilitaram a transmissão simultânea da palestra aos 13 núcleos regionais e ao auditório da Corregedoria, já que a sala da ESAJ estava lotada.

Será concedida pontuação, para fins de promoção e progressão funcional, referente à participação do serventário em cada uma das palestras que integrarão o projeto, nos termos das Resoluções 17/2006, da Corregedoria de Justiça do RJ, e 02/2006, do Conselho Consultivo da ESAJ.

Os interessados devem estar atentos ao período de inscrição, divulgado na intranet, pois as vagas são limitadas. As inscrições podem ser feitas pelo telefone 3133-2103.